

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO

1 - (Prova: CESPE - 2011 - PC-ES - Delegado de Polícia - Específicos / Direito Administrativo / Contratos Administrativos;)

De acordo com a legislação de regência, é possível a rescisão unilateral do contrato pela administração pública por motivo de interesse público, hipótese em que o contratado tem direito ao ressarcimento dos prejuízos, à devolução da garantia, aos pagamentos atrasados e ao pagamento do custo da desmobilização.

- () Certo () Errado

GABARITO: CERTO

2 - (Prova: CESPE - 2009 - PC-PB - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Contratos Administrativos;)

A declaração de caducidade nos contratos de concessão de serviço público **não** é autorizada quando

- **a)** o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- **b)** a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.
- **c)** a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.
- **d)** a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.
- **e)** o poder público retomar o serviço durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização devida.

LETRA E

3 - (Prova: UEG - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Licitações e Lei 8.666 de 1993.; Contratos administrativos;)

Quanto aos contratos administrativos regidos pela Lei n. 8.666/93, é CORRETO afirmar:

- **a)** a Administração Pública deverá exigir garantia do contratado, independentemente de previsão no edital.
- **b)** a Administração Pública não poderá declarar a inidoneidade do contratado para licitar e contratar com o Poder Público, porquanto tal competência é do Poder Judiciário.
- **c)** é ilegal qualquer ajuste verbal com a Administração Pública; o contrato nessa circunstância é nulo.
- **d)** o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

LETRA D

4. (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Licitações e Lei 8.666 de 1993.; Contratos administrativos;)

A execução dos contratos administrativos pode sofrer interferência decorrente de situações posteriores a sua celebração. Uma das causas de mutabilidade resulta das ações e omissões da Administração Pública, como parte do contrato, que atingem diretamente a sua execução, dificultando ou impedindo a sua realização. Essa causa de mutabilidade denomina-se:

- **a)** fato da administração;
- **b)** fato do príncipe;
- **c)** interferência imprevista;
- **d)** teoria da imprevisão;
- **e)** cláusula exorbitante.

LETRA A

5 - (Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Nacional / Direito Administrativo / Licitações e Lei 8.666 de 1993.; Serviços Públicos; Contratos administrativos;)

A respeito dos atos administrativos e serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

O contrato de concessão de serviço público extingue-se pela rescisão quando a iniciativa de extinção do contrato é do poder concedente, em decorrência de descumprimento das normas contratuais pelo concessionário.

- Errado

6- (Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Contratos administrativos;)

Considere que uma empresa vencedora de certame licitatório subcontrate, com terceiro, o objeto do contrato firmado com a administração pública, apesar de não haver previsão expressa para tanto no edital ou no contrato. Nessa situação, caso o contrato seja prestado dentro do prazo estipulado e com estrita observância aos critérios de qualidade impostos contratualmente, não poderá a administração rescindir o contrato unilateralmente, visto que não se configura hipótese de prejuízo ou descumprimento de cláusulas contratuais.

- Errado

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1 - (Prova: CESPE - 2011 - PC-ES - Delegado de Polícia - Específicos / Direito Administrativo / Controle da Administração Pública;)

Julgue o item que se segue, relativo ao controle da administração pública.

O controle que o Poder Legislativo exerce sobre a administração pública limita-se às hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988 (CF) e abrange aspectos de legalidade e de mérito do ato administrativo.

- Certo

2 - (Prova: UEG - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Controle da administração pública;)

Acerca das atribuições dos tribunais de contas como órgãos de auxílio ao Poder Legislativo na função fiscalizadora da Administração Pública, é CORRETO afirmar:

- **a)** o parecer prévio emitido pelos tribunais de contas vincula o Poder Legislativo quando do julgamento das contas.
- **b)** pela natureza das atribuições dos tribunais de contas, eles não podem impedir a execução de ato administrativo da administração direta e indireta.
- **c)** apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões; excetuam-se dessa apreciação as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- **d)** apreciar as contas prestadas anualmente pelo chefe do Executivo, mediante elaboração de parecer prévio, que deverá ser emitido em oitenta dias a contar de seu recebimento.

LETRA C

3 - (Prova: ACAFE - 2008 - PC-SC - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Controle da administração pública;)

Assinale a alternativa **correta** quanto ao controle da Administração Pública pelo Judiciário.

- **a)** A ação popular é o meio constitucional posto à disposição de organização sindical ou entidade de classe para obter a anulação de atos administrativos lesivos aos direitos de seus membros ou associados ou ao patrimônio público, à moralidade administrativa e ao meio ambiente natural ou cultural.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **b)** O Judiciário examina a legalidade, a oportunidade e a conveniência de um ato administrativo para aferir sua conformação com a lei e com os princípios gerais do Direito, preservando direitos individuais ou públicos.
- **c)** Os atos normativos, enquanto regras gerais e abstratas, não atingem direitos individuais e são inatacáveis por ações ordinárias ou por mandado de segurança.
- **d)** Todo ato administrativo que não for praticado em observância aos princípios da legalidade, moralidade, finalidade, eficiência e publicidade pode ser revogado pelo Judiciário, cabendo ainda a reparação pelos danos causados pelo Poder Público.

LETRA C

4 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Controle da administração pública;)

Em relação à ação popular, analise as afirmativas a seguir:

- I. Uma pessoa jurídica pode propor ação popular se todos os seus sócios forem eleitores.
- II. A sentença que julgar improcedente o pedido formulado na ação popular será submetida ao duplo grau obrigatório de jurisdição.
- III. O Ministério Público pode assumir a titularidade da ação popular que foi abandonada pelo autor popular.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- **a)** I e II;
- **b)** I e III;
- **c)** II e III;
- **d)** I, II e III;
- **e)** nenhuma.

LETRA C

5 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Controle da administração pública;)

Em relação à ação civil pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. O inquérito civil será presidido por membro do Ministério Público e o seu arquivamento depende da homologação judicial.
- II. Ao deferir pedido de liminar na ação civil pública, o órgão do Poder Judiciário competente para seu julgamento poderá arbitrar multa para a hipótese de descumprimento.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

III. O prazo de validade da liminar na ação civil pública será de noventa dias, prorrogável por mais trinta dias.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) II e III.

LETRA B

6 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Controle da administração pública;)

Em relação ao mandado de segurança, analise as afirmativas a seguir:

- I. De acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional o prazo de cento e vinte dias previsto na lei para impetração do mandado de segurança.
- II. A autoridade coatora poderá contestar o pedido formulado ou prestar informações no prazo de dez dias.
- III. O mandado de segurança somente poderá ser usado para controlar decisões judiciais transitadas em julgado.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) nenhuma.

LETRA E

7 - (Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Controle da administração pública; Controle administrativo, judicial e legislativo;)

O controle prévio dos atos administrativos é de competência exclusiva da própria administração pública, ao passo que o controle dos atos administrativos após sua entrada em vigor é exercido pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

- Errado

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1 - (Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade Administrativa;)

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens que se seguem.

Considere que um agente de polícia tenha utilizado uma caminhonete da polícia civil para transportar sacos de cimento para uma construção particular. Nesse caso, o agente cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

- Certo

2 - (Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade Administrativa;)

Um agente público que, agindo de forma culposa, gere lesão ao patrimônio público, estará obrigado a ressarcir integralmente o dano causado.

- Errado

3 - (Prova: CESPE - 2012 - PC-AL - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade Administrativa;)

Com base nos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens subsecutivos.

Apenas o Ministério Público (MP) poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação devida para apurar a prática de ato de improbidade.

- Errado

4 - (Prova: CESPE - 2012 - PC-AL - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade Administrativa;)

As ações que têm por objeto a aplicação das sanções previstas para o cometimento de ato de improbidade realizado por prefeito municipal prescrevem até três anos após a ocorrência do ato de improbidade.

- Errado

5 - (Prova: ACAFE - 2008 - PC-SC - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade administrativa - Lei 8.429/92; Atos de Improbidade Administrativa e suas Sanções;)

Complete as lacunas na frase a seguir e assinale a alternativa **correta**.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

No caso de desapropriação de imóveis urbanos por descumprimento das normas municipais de parcelamento, edificação e utilização do solo, o chefe do Executivo _____ em improbidade administrativa, _____, caso o Município deixe de realizar o adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de _____ anos, a partir da incorporação ao patrimônio público.

- **a)** não incorrerá - mas estará sujeito às demais sanções cabíveis - 5 (cinco)
- **b)** incorrerá - excluindo-se quaisquer outras sanções porventura cabíveis - 2 (dois)
- **c)** incorrerá - sem prejuízo de outras sanções cabíveis - 5 (cinco)
- **d)** incorrerá - sem prejuízo de outras sanções cabíveis - 2 (dois)

LETRA C

6- (Prova: ACAFE - 2008 - PC-SC - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade administrativa - Lei 8.429/92; Atos de Improbidade Administrativa e suas Sanções;)

Analise as alternativas a seguir. **Todas** estão corretas, **exceto** a:

- **a)** O Presidente da República é passível de processo por crime de responsabilidade, por atos que atentem contra a probidade na Administração.
- **b)** Negar publicidade a atos oficiais e frustrar a licitude de concurso público não caracterizam crimes de improbidade administrativa, pois a conduta não lesa o erário público e não importa em enriquecimento ilícito ou proveito próprio ou de terceiro.
- **c)** A Lei nº 8.429/92 caracteriza como de improbidade administrativa os atos que importam em enriquecimento ilícito e que acarretam prejuízo ao erário. Os agentes públicos em geral estão sujeitos a penas, tais como a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação indicadas pela lei.
- **d)** A Lei nº 8.429/92 inseriu, nos casos de improbidade administrativa, condutas que não implicam necessariamente locupletamento de caráter financeiro ou material, como por exemplo, retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício.

LETRA B

7 - (Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade administrativa - Lei 8.429/92; Atos de Improbidade Administrativa e suas Sanções;)

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Um servidor público federal dispensou licitação fora das hipóteses previstas em lei, o que motivou o MP a ajuizar ação de improbidade administrativa, imputando ao servidor a conduta prevista no art. 10, inc. VIII, da Lei n.º 8.429/1993, segundo o qual constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens públicos, notadamente o ato que frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.



Caso o MP também ajuíze ação penal contra o servidor, pelo mesmo fato, a ação de improbidade ficará sobrestada até a prolação da sentença penal a fim de se evitar *bis in idem*.

- Errado

8 - (Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade administrativa - Lei 8.429/92; Atos de Improbidade Administrativa e suas Sanções;)

Na hipótese de sentença condenatória, o juiz poderá, de acordo com a gravidade do fato, aplicar ao servidor pena de multa e deixar de aplicar - lhe a suspensão de direitos políticos, ambas previstas em lei.

- Certo Errado

9. (Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade administrativa - Lei 8.429/92; Demais disposições da Lei 8.429/92;)

Caso o MP não tivesse ajuizado a referida ação, qualquer cidadão poderia ter ajuizado ação de improbidade subsidiária.

- Errado

10 - (Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade administrativa - Lei 8.429/92;)

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens que se seguem.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Considere que um agente de polícia tenha utilizado uma caminhonete da polícia civil para transportar sacos de cimento para uma construção particular. Nesse caso, o agente cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

- Certo

11 - (Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Improbidade administrativa - Lei 8.429/92; Disposições gerais;)

Um agente público que, agindo de forma culposa, gere lesão ao patrimônio público, estará obrigado a ressarcir integralmente o dano causado.

- Certo

12 - (Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Licitações e Lei 8.666 de 1993; Em relação aos crimes contra a administração pública e aos delitos praticados em detrimento da ordem econômica e tributária e em licitações e contratos públicos, julgue os itens de 37a 41.

Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro e Paulo simularam contrato de gestão com o objetivo de dispensar licitação em situação que não configurava hipótese de dispensa autorizada por lei. Em processo criminal, Pedro foi condenado à pena de dois anos e um mês de detenção e Paulo, à pena de três anos e dois meses de detenção e, apesar de não ter sido comprovada a obtenção de vantagem econômica, ambos foram condenados, ainda, ao pagamento de multa. Nessa situação hipotética, o juiz agiu corretamente ao aplicar a pena pecuniária.

- Errado

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

1 - (Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Regional)

A respeito de serviços públicos e responsabilização da administração, julgue os itens seguintes.

A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva não exige caracterização da culpa estatal pelo não-cumprimento de dever legal, uma vez que a Constituição brasileira adota para a matéria a teoria da responsabilidade civil objetiva.

GABARITO: ERRADA

3. Prova: UEG - 2013 - PC-GO - Delegado de Polícia

Em relação ao tema da Responsabilidade Civil do Estado no ordenamento pátrio, tem-se que

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **a)** aquele que sofreu o dano fica dispensado de provar a relação de causalidade entre a atividade da Administração e a lesão decorrente.
- **b)** o lesado deverá provar a imprudência, a negligência ou imperícia do agente público na conduta administrativa.
- **c)** a teoria do risco integral fundamenta a responsabilidade objetiva do Estado, pela qual há assunção de todas as consequências relativas à sua atuação.
- **d)** a regra constitucional prevê a responsabilidade subjetiva quanto ao exercício do direito de regresso contra o agente público causador do dano.

GABARITO: LETRA D

4. (Prova: PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Responsabilidade civil do estado;)

Sobre a Responsabilidade Civil do Estado é **CORRETO** afirmar, **EXCETO**:

- **a)** As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, no exercício de suas funções, causarem a terceiros.
- **b)** Cabível ao Estado ajuizar ação de regresso em face do agente causador do dano, desde que tenha agido dolosamente, mostrando-se inviável à pretensão se a conduta foi meramente culposa.
- **c)** O princípio da repartição dos encargos também constitui fundamento da responsabilidade objetiva do Estado.
- **d)** As pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços delegados serão responsáveis pelos atos seus ou de seus prepostos, desde que haja vínculo jurídico de direito público entre o Estado e o delegatário.

GABARITO: LETRA B

5. (Prova: PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

A responsabilidade civil do policial decorre

- **a)** da prática de dano por erro determinado por terceiro
- **b)** da prática de ofensas verbais ou físicas contra servidores ou particulares
- **c)** apenas da prática de crime funcional de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública.
- **d)** de omissão antijurídica cometida em obediência a ordem superior
- **e)** de procedimento doloso ou culposo que importe prejuízo à Fazenda Pública ou a terceiros

GABARITO: LETRA E

6. FUNIVERSA - 2009 - PC-DF - Delegado de Polícia - Objetiva / Direito Administrativo / Responsabilidade civil do estado;)

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Considere que, no interior de uma delegacia, um agente de polícia seja ferido em virtude do disparo aparentemente acidental da arma de fogo que estava na mão de um delegado de polícia do Distrito Federal. Esse agente de polícia ingressou com ação judicial contra o Distrito Federal, postulando indenização por danos materiais e morais decorrentes do ferimento. Nessa situação hipotética,

- **a)** mesmo que seja demonstrado no referido processo que o disparo ocorreu por defeito de fabricação da arma, o DF deverá ser condenado a indenizar o agente pelos danos morais e materiais decorrentes do ferimento.
- **b)** o DF tem responsabilidade civil objetiva pelos danos materiais, mas a responsabilização pelos danos morais depende da comprovação da culpa do agente causador do dano.
- **c)** o DF somente pode ser condenado a indenizar os danos materiais resultantes do ferimento caso o agente de polícia comprove negligência, imprudência ou imperícia por parte do delegado de polícia.
- **d)** caso se comprove o dolo do delegado de polícia, será afastada a responsabilidade civil do DF, dado que o dano será considerado de responsabilidade exclusiva do referido delegado.
- **e)** o DF não responde civilmente pelos danos, por tratar-se de dano derivado de omissão e não de ação do delegado de polícia.

GABARITO: LETRA A

7. UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia)

A responsabilidade civil da pessoa jurídica, concessionária de serviço público, relativa aos danos causados aos usuários dos serviços por ela prestados:

- **a)** é excluída, se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
- **b)** é integral, se a prestação do serviço concedido não for fiscalizada pelo poder concedente.
- **c)** é integral, mesmo se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
- **d)** é atenuada, se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
- **e)** a pessoa jurídica concessionária de serviços não tem responsabilidade civil quanto aos danos causados aos usuários, haja vista que o poder concedente continua com a titularidade do serviço público concedido.

GABARITO: LETRAC

8 – (Prova: ACAFE - 2008 - PC-SC - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Responsabilidade civil do estado; Regime jurídico administrativo; Poderes da Administração;)

Analise as afirmações a seguir e marque **V** ou **F**, conforme sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

() O poder de polícia restringe o exercício de atividades lícitas dos particulares; já a polícia judiciária visa impedir o exercício de atividades ilícitas.

() A desapropriação, sob o aspecto do direito privado, representa um modo de perda da propriedade. Já sob o

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

enfoque do direito público, configura meio de aquisição de bem público para realização de atividade de interesse público.

() União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Administração direta e autarquias são pessoas jurídicas de Direito Público abrangidas pela responsabilidade objetiva do Estado. Sobre as pessoas jurídicas de Direito Privado que celebram com a Administração contrato de prestação de serviços públicos incide a responsabilização solidária junto com a Administração.

() O § 6º do art. 37 da Constituição Federal assegurou à Administração o direito de obter do agente público causador de dano o pagamento aos cofres públicos da importância despendida no ressarcimento da vítima. No entanto, o direito de regresso não está condicionado à prova de que o agente agiu com dolo ou culpa, já que a responsabilidade do agente também é objetiva em relação aos danos causados a terceiros.

() Na esfera federal, a União é representada em juízo pela Advocacia Geral (CF. art. 131) inclusive para a execução da dívida ativa de natureza tributária e, segundo o art. 188 do Código de Processo Civil, à Fazenda Pública e ao Ministério Público, quando forem partes, é concedido o quádruplo do prazo para contestar e o dobro do prazo para recorrer.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- **a)** V - F - V - F - V
- **b)** F - V - V - F - V
- **c)** V - F - V - F - F
- **d)** V - V - V - F - F

LETRA D

9 - (Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Regional / Direito Administrativo / Responsabilidade civil do estado;)

A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva não exige caracterização da culpa estatal pelo não-cumprimento de dever legal, uma vez que a Constituição brasileira adota para a matéria a teoria da responsabilidade civil objetiva.

- Errado

10 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Responsabilidade civil do estado; Teoria da irresponsabilidade, teorias civilistas e teorias publicistas ;)

Levando-se em consideração a teoria do risco administrativo, usada para disciplinar a responsabilidade patrimonial do Estado, analise as afirmativas a seguir:

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- I. A responsabilidade do Estado é subjetiva, estando condicionada a demonstração de culpa ou dolo do agente público.
- II. A culpa exclusiva e a concorrente da vítima são causas excludentes da responsabilidade do Estado.
- III. As autarquias estão sujeitas a normas constitucionais relativas à responsabilidade patrimonial do Estado.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e III;
- e) II e III.

LETRA C

AGENTES PÚBLICOS

1 - (Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes Públicos - Disposições Constitucionais;)

Para que ocorra provimento de vagas em qualquer cargo público, é necessária a prévia aprovação em concurso público.

- Errado

2 - (Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Lei nº 8.112-1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais;)

Com relação aos agentes públicos, julgue os itens subsequentes.

Considere que um servidor público federal estável, submetido a estágio probatório para ocupar outro cargo público após aprovação em concurso público, desista de exercer a nova função. Nessa situação, o referido servidor terá o direito de ser reconduzido ao cargo ocupado anteriormente no serviço público.

- Certo

3. (Prova: FUNCAB - 2013 - PC-ES - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Lei nº 8.112-1990 - Regime jurídico dos servidores públicos federais; Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990; Responsabilidades do servidor ;)

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Laurineia, com vinte e cinco anos de serviço público no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, está sendo processada criminalmente pela prática do crime de peculato, sob a acusação de ter subtraído um computador da Administração Pública, que ficava sob sua responsabilidade.

Assim, _____ pode-se _____ afirmar:

I. A Administração, visando à proteção do interesse público, não pode impor ao servidor punição disciplinar por conduta que configure crime em tese, antes do desfecho do julgamento na esfera criminal.

II. A responsabilidade da Administração Pública fica elidida quando o servidor é absolvido criminalmente pelo _____ mesmo _____ fato.

III. Constitui óbice à aplicação da pena administrativa de demissão o fato de ter sido a recorrente absolvida da imputação do crime previsto no artigo 312 do Código Penal, com fundamento no artigo 386, IV, do Código de Processo Penal, vale dizer, por não existir prova suficiente para a condenação.

IV. Ressalvadas as hipóteses de absolvição criminal por inexistência do fato criminoso ou negativa de autoria, as esferas criminal e administrativa são independentes.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- **a)** I, apenas.
- **b)** II e III, apenas.
- **c)** IV, apenas.
- **d)** I, III e IV, apenas.
- **e)** I, II, III e IV.

GABARITO: LETRA C

4 - (Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes Públicos - Disposições Constitucionais;)

O exercício de uma função pública é, antes de tudo, poder trabalhar em prol do bem comum. Por isso, existem regras próprias para disciplinar tal mister sob todos os aspectos. Julgue os itens a seguir, a respeito do exercício de função pública.

Todos aqueles que exercem função pública, independentemente de sua natureza, ainda que por período determinado, são considerados agentes públicos.

- Certo

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

5 - (Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes Públicos - Disposições Constitucionais;)

Os agentes políticos constituem categoria especial, pois gozam de prerrogativas diferenciadas e têm grandes responsabilidades com a sociedade, como é o caso dos prefeitos.

- Certo

6 - (Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes Públicos - Disposições Constitucionais;)

O cargo público ocupado por servidor concursado e estável pode ser extinto a qualquer tempo, haja vista sempre prevalecer o interesse da administração pública.

- Certo

7 - (Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes Públicos - Disposições Constitucionais;)

Um delegado de polícia civil, ainda que já tenha adquirido a estabilidade, poderá ser demitido por insuficiência de desempenho, conforme estabelecido em lei complementar e observada a ampla defesa em todo o processo.

- Errado

8 - (Prova: CESPE - 2009 - PC-RN - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Lei nº 8.112-1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais;)

Uma empregada da CAIXA foi transferida, de ofício, de Brasília para a cidade de Fortaleza/CE. O seu esposo, servidor da Receita Federal do Brasil, requereu ao seu órgão sua remoção para a capital cearense, justificando seu pedido com base na transferência da esposa. No entanto, o requerimento foi indeferido.

Com base nessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- **a)** Não assiste razão ao servidor público, uma vez que a remoção para acompanhar cônjuge é devida apenas na hipótese de os dois agentes serem servidores regidos pela Lei n.º 8.112/1990.
- **b)** Tendo sido o pedido indeferido pela Receita Federal, cabe à empregada da CAIXA impetrar mandado de segurança para garantir a sua permanência em Brasília por respeito à unidade familiar prevista na CF.
- **c)** Não há impedimento para que seja concedida a pleiteada remoção pelo simples fato de os regimes jurídicos serem distintos; no entanto, o deferimento do pedido condiciona-se à existência de vagas.
- **d)** Em razão da especial proteção que a CF garante à família, o requerimento formulado pelo servidor da Receita Federal deveria ter sido deferido, independentemente da existência de vagas.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **e)** O direito à pleiteada remoção é controvertido, razão pela qual não seria cabível a impetração de mandado de segurança para garanti-lo, uma vez que a ação mandamental exige certeza jurídica quanto à pretensão nele ventilada.

LETRA D

9 - (Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Regional / Direito Administrativo / Agentes Públicos - Disposições Constitucionais;)

Um agente de fato necessário pratica atos e executa atividades em colaboração com o poder público, em situações excepcionais, como se fosse um agente público de direito, sendo suas ações, de regra, confirmadas pelo poder público.

- Certo

10 - (Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Nacional / Direito Administrativo / Lei nº 8.112-1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais;)

Acerca da organização administrativa e dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

A vacância é o ato administrativo pelo qual o servidor é destituído do cargo, emprego ou função e pode ocorrer com extinção do vínculo pela exoneração, demissão e morte, ou sem extinção do vínculo, pela promoção, aposentadoria, readaptação ou recondução.

- Errado

11 - (Prova: UEG - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

Acerca da contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, é CORRETO afirmar:

- **a)** o contratado temporariamente não ocupa cargo durante o prazo da contratação.
- **b)** a relação do contratado temporariamente com a Administração Pública é de emprego público.
- **c)** a contratação temporária pelos estados e municípios, obrigatoriamente, deve ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- **d)** a Lei Federal que estabelece os casos de excepcional interesse público, que justificam a contratação temporária na administração federal, é o suporte legal para estados e municípios contratarem temporariamente.

LETRA A

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

12 - (Prova: UEG - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

Sobre o teor da Súmula Vinculante n. 13, que proíbe a contratação de parentes na Administração Pública, é CORRETO afirmar:

- **a)** a vedação à nomeação de parentes não alcança a administração indireta.
- **b)** a vedação oriunda da súmula dirige-se exclusivamente aos parentes da autoridade nomeante.
- **c)** resta vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive.
- **d)** na literalidade da Súmula Vinculante n. 13 restou previsto regramento quanto à nomeação pelos agentes políticos de seus parentes.

LETRA C

13 - Q217661 (Prova: CEFET-BA - 2008 - PC-BA - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990; Estatuto dos funcionários públicos civis do estado;)

Em uma cidade do interior, um delegado de polícia e um agente de polícia cometem, em conjunto, um crime concussão, espécie de crime contra a Administração Pública, que consiste em "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida".

Diante do exposto, pode-se afirmar que, segundo o Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia, trata-se, após trâmites normais do Processo Administrativo Disciplinar, de penalidade a que cabe

- **a)** aplicação de uma suspensão de 90 dias.
- **b)** aplicação de demissão, conforme estabelece o artigo 192, inciso I, da Lei nº. 6677/94.
- **c)** somente a perda do cargo em comissão, se for o caso.
- **d)** somente a demissão, se houver a condenação penal.
- **e)** aplicação da demissão aplicada pelo Secretario de Estado.

LETRA B

14 - (Prova: ACAFE - 2008 - PC-SC - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **a)** O policial civil que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, doença comprovada ou em serviço obrigatório por lei perde a gratificação de função.
- **b)** Ao policial civil é vedado exercer qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, sem exceções.
- **c)** O associativismo com objetivos culturais, esportivos e de lazer não será apoiado pelo Estado.
- **d)** Não constitui acumulação proibida a percepção conjunta de pensões civil e militar.

LETRA D

15 - (Prova: ACAFE - 2008 - PC-SC - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

Em relação ao servidor público, assinale a alternativa **correta**.

- **a)** Os ocupantes de cargos, funções e empregos públicos de todos os níveis de Administração e de todos os Poderes, aí abrangidos todos os agentes políticos, estão sujeitos a limite máximo de remuneração, de subsídio de proventos de aposentadoria, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não. O teto alcança as percepções cumulativas, ou seja, os casos em que o agente acumula cargos, funções ou empregos públicos. Em nível federal, o teto para todos os agentes públicos corresponde ao subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- **b)** Constituição Federal, art. 37, incs. XVI e XVII, estabelece a regra de proibição de exercício simultâneo de cargos, funções e empregos públicos. Esse preceito abrange agentes da Administração direta e das autarquias e fundações, não se aplicando aos agentes públicos das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
- **c)** O regime estatutário é aquele em que os direitos e deveres do servidor estão contidos basicamente num Estatuto, que não pode ser alterado no decorrer da vida funcional do servidor, salvo se com sua anuência.
- **d)** Nos Estados, o agente tem como limite de remuneração o subsídio mensal do Governador. Para os agentes do Poder Legislativo estadual, o limite situa-se no subsídio dos Desembargadores Estaduais.

LETRA A

16 - (Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

O exercício de uma função pública é, antes de tudo, poder trabalhar em prol do bem comum. Por isso, existem regras próprias para disciplinar tal mister sob todos os aspectos. Julgue os itens a seguir, a respeito do exercício de função pública.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Todos aqueles que exercem função pública, independentemente de sua natureza, ainda que por período determinado, são considerados agentes públicos.

- Certo

17 - (Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

O exercício de uma função pública é, antes de tudo, poder trabalhar em prol do bem comum. Por isso, existem regras próprias para disciplinar tal mister sob todos os aspectos. Julgue os itens a seguir, a respeito do exercício de função pública.

Os agentes políticos constituem categoria especial, pois gozam de prerrogativas diferenciadas e têm grandes responsabilidades com a sociedade, como é o caso dos prefeitos.

- Certo

18 - (Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

O cargo público ocupado por servidor concursado e estável pode ser extinto a qualquer tempo, haja vista sempre prevalecer o interesse da administração pública.

- Certo

19 - (Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990; Estabilidade e vitaliciedade;)

Um delegado de polícia civil, ainda que já tenha adquirido a estabilidade, poderá ser demitido por insuficiência de desempenho, conforme estabelecido em lei complementar e observada a ampla defesa em todo o processo.

- ERRADA

20 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990; Estatuto dos funcionários públicos civis do estado;)

O servidor público, nomeado para cargo de provimento efetivo, será submetido a estágio probatório, oportunidade em que será avaliado pela Administração Pública. Quando constatar que o servidor não preenche os requisitos exigidos para o cargo, a Administração Pública deverá adotar a seguinte providência:

- **a)** demitir o servidor após instaurar processo disciplinar;
- **b)** demitir o servidor de forma sumária;

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **c)** exonerar o servidor após instaurar processo disciplinar;
- **d)** exonerar o servidor de forma imotivada;
- **e)** exonerar o servidor após assegurar o direito de defesa, não havendo necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar.

LETRA E

21 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990; Estatuto dos funcionários públicos civis do estado;)

Em relação aos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

I. A aposentadoria compulsória será com proventos integrais.

II. Denomina-se recondução o retorno ao serviço ativo do servidor aposentado por invalidez quando cessam as causas de sua aposentadoria.

III. A aposentadoria compulsória será aos setenta anos para o homem e aos sessenta e cinco anos para as mulheres.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- **a)** I;
- **b)** II;
- **c)** III;
- **d)** I e II;
- **e)** nenhuma.

LETRA E

22 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990; Estatuto dos funcionários públicos civis do estado;)

Em relação ao concurso público usado para seleção de servidores, analise as afirmativas a seguir:

I. O candidato aprovado dentro do número de vagas oferecidas no edital tem direito subjetivo à nomeação.

II. As empresas públicas e sociedades de economia mista, criadas para desempenhar atividades econômicas, não estão obrigadas a realizar concurso público para escolha de seus empregados.

III. A prorrogação do prazo de validade do concurso público é ato discricionário da Administração Pública.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- **a)** I;

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) II e III.

LETRA C

23 - (Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Nacional / Direito Administrativo / Lei nº 8.112-1990 - Regime jurídico dos servidores públicos federais; Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

Acerca da organização administrativa e dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

A vacância é o ato administrativo pelo qual o servidor é destituído do cargo, emprego ou função e pode ocorrer com extinção do vínculo pela exoneração, demissão e morte, ou sem extinção do vínculo, pela promoção, aposentadoria, readaptação ou recondução.

- Errado

24 - (Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Regional / Direito Administrativo / Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

Com referência aos agentes públicos e ao regime jurídico único, julgue os itens subseqüentes.

Um agente de fato necessário pratica atos e executa atividades em colaboração com o poder público, em situações excepcionais, como se fosse um agente público de direito, sendo suas ações, de regra, confirmadas pelo poder público.

- Certo

25. (Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Lei nº 8.112-1990 - Regime jurídico dos servidores públicos federais; Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990;)

No que se refere à classificação do órgão público e à atuação do servidor, julgue os itens seguintes.

O dispositivo constitucional que admite o afastamento do servidor do cargo, do emprego ou da função para o exercício de mandato é aplicável ao servidor contratado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, já que exerce função pública.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- Errado

26 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Responsabilidade civil do estado; Processo Administrativo - Lei 9.784/99; Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990; Estatuto dos funcionários públicos civis do estado;)

Em relação aos diversos tipos de responsabilidade do servidor público, analise as afirmativas a seguir:

- I. A sentença penal absolutória que concluir pela insuficiência de provas não afasta a responsabilidade civil do servidor, mas impede a sua punição administrativa.
- II. A lei expressamente prevê que o servidor público somente responderá civilmente perante o Estado. Não se admite propositura de ação indenizatória diretamente contra o servidor público.
- III. A instauração de processo administrativo disciplinar poderá ser dispensada se a autoridade competente para punir presenciar a prática da infração.

É/são afirmativa(s) verdadeira(s) somente:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) nenhuma.

LETRA E

OUTROS TEMAS DO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO

1 - (Prova: ACAFE - 2008 - PC-SC - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Processo Administrativo - Lei 9.784/99;)

Com relação ao processo administrativo, correlacione as colunas a seguir.

- (1) Litigante
- (2) Acusado
- (3) Princípio do contraditório
- (4) Princípio da ampla defesa

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

(5) Princípio da oficialidade

(6) Princípio do formalismo moderado

() Significa o dever da Administração de dar andamento regular e contínuo ao processo administrativo, independentemente da provocação dos sujeitos.

() Consiste na previsão de ritos e fórmulas simples o suficiente para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos sujeitos no processo administrativo.

() Em processo administrativo, haverá sempre que houver conflito de interesses.

() Na esfera administrativa, o termo designa somente as pessoas físicas ou jurídicas a quem a Administração atribuiu determinadas atuações das quais decorrerão conseqüências punitivas.

() No processo administrativo, significa a faculdade de manifestar o próprio ponto de vista ou argumentos diante de fatos, documentos ou pontos de vista apresentados por outrem.

() Representa, no processo administrativo, o direito de buscar a preservação de algo que será afetado por atos, medidas, condutas, declarações ou decisões vindos de outrem.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) 5 - 6 - 1 - 2 - 3 - 4
- b) 3 - 6 - 2 - 1 - 4 - 5
- c) 6 - 5 - 3 - 1 - 2 - 4
- d) 4 - 5 - 6 - 2 - 1 - 3

LETRA A

2 - Q331855 (Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Processo Administrativo - Lei 9.784/99; Início e interessados no processo administrativo, delegação e avocação de competências;)

Julgue os itens a seguir, relativos a contratos administrativos, controle da administração, bens públicos e processos administrativos.

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal e quando conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, delegar parte da sua competência a outros órgãos, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados.

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- Certo

INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE

1 (Prova: UEG - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Intervenção do estado na propriedade; Servidão administrativa;)

Acerca do instituto da servidão administrativa, é CORRETO afirmar:

- a) a servidão administrativa impõe ao proprietário do imóvel um gravame de caráter temporário, que é característica típica desse instituto.
- b) a servidão administrativa poderá concretizar-se por acordo entre o Poder Público e o proprietário.
- c) a servidão administrativa opera transferência de posse do bem ao Poder Público.
- d) nas situações em que a servidão administrativa decorre diretamente de lei, não é possível indenização.

LETRA A

2 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Intervenção do estado na propriedade; Limitações administrativas; Ocupação temporária; Requisição administrativa; Tombamento; Servidão administrativa;)

O Estado, na defesa do interesse da coletividade, pode promover a intervenção na propriedade privada. Uma das formas de intervenção prevê que o Poder Público pode impor ao proprietário de um bem a obrigação de suportar restrição permanente decorrente da prestação de um serviço público. Essa modalidade de intervenção denomina-se:

- a) tombamento;
- b) servidão administrativa;
- c) requisição;
- d) limitação administrativa;
- e) ocupação temporária.

LETRA B

3 - (Prova: NCE-UFRJ - 2005 - PC-DF - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Intervenção do estado na propriedade; Desapropriação;)

BLOCO DE QUESTÕES II
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Na desapropriação, a Administração Pública deve dar ao bem desapropriado o destino mencionado no ato expropriatório. Se o imóvel desapropriado receber destinação que se mostre incompatível com o interesse público, haverá:

- a) tredestinação;
- b) caducidade;
- c) domínio eminente;
- d) afetação;
- e) reversão.

LETRA A

BENS PÚBLICOS

1 - (Prova: CESPE - 2012 - PC-AL - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Bens Públicos;)

No tocante aos bens públicos, julgue os próximos itens.

Os terrenos de marinha são exemplos de bens dominicais.

- Certo